

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **DIOGO DANTAS DE MEDEIROS**

**A perspectiva da trindade paradoxal Clausewitziana
sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do
Estado do Rio de Janeiro.**



Rio de Janeiro
2019

Maj Inf DIOGO **DANTAS** DE MEDEIROS

**A perspectiva da trindade paradoxal Clausewitziana sobre
a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do
Rio de Janeiro.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Cel Inf João Luiz de Araújo Lampert

Rio de Janeiro
2019

R788e Medeiros, Diogo Dantas de

A perspectiva da Trindade Paradoxal Clausewitziana sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. / Diogo Dantas de Medeiros. — 2019.
43 fl. : il ; 30 cm.

Orientação: João Luiz de Araújo Lampert.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: fl 41-43

1. Intervenção Federal 2. Teoria da Guerra 3. Trindade Paradoxal Clausewitziana. I. Título.

CDD 320.9

Maj Inf DIOGO **DANTAS** DE MEDEIROS

A perspectiva da trindade paradoxal Clausewitziana sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

João Luiz de Araújo Lampert - Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcelo Lopes Rezende - Ten Cel Inf - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

José Roberto de Vasconcellos Cruz - Ten Cel Inf - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Aos meus filhos Eduardo e Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha esposa Mariana, por todo suporte fundamental para a sustentação da nossa família, em especial na nobre missão de educar os nossos filhos. Talvez essa seja a missão mais nobre que se possa ter na vida. Agradeço também a todos os meus comandantes militares, nos mais diversos níveis, que sempre me mostraram o caminho do dever. Agradeço ainda ao meu orientador, pela paciência e dedicação para a produção deste trabalho. A todos, os meus mais sinceros votos de gratidão.

“A sociedade que separa seus estudiosos de seus guerreiros terá o pensamento feito por covardes e o combate feito por tolos.” (Tucídides 460 a.C. – 400 a.C.)

RESUMO

A Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi um fato histórico marcante no passado recente do Brasil. O ineditismo da medida tomada, dentro do delicado cenário conjuntural que se encontrava o Estado, trouxe um modelo de solução de problemas altamente complexos e de difícil previsibilidade. O nível de desordem pública e comprometimento econômico e social foi tão intenso que as lideranças políticas decidiram empregar as suas Forças Armadas, dentro do próprio território nacional, como último recurso disponível do Estado. Nesse sentido, cabe uma profunda reflexão sobre esse conturbado período, que pode ser observado sob vários prismas e em especial sob o enfoque das teorias da guerra. O presente trabalho busca observar, de forma analítica, a perspectiva da Trindade Paradoxal Clausewitziana sobre o fato em tela, contextualizando a teoria descrita pelo pensador prussiano com a prática evidenciada no território fluminense, usando a bibliografia disponível sobre o assunto.

Palavras-chave: Intervenção Federal, Teoria da Guerra, Trindade Paradoxal Clausewitziana.

ABSTRACT

The Federal Intervention in Public Security of the State of Rio de Janeiro was a landmark event in the recent past of Brazil. The unprecedented of the measure taken, within the delicate conjuncture scenario that was the state, brought a solution model of highly complex and difficult predictability problems. The level of public disorder and economic and social commitment was so intense that political leaders decided to employ their Armed Forces, within their own national territory, as the State's last available resource. In this sense, there is a deep reflection on this troubled period, that can be observed under several prisms and especially under the approach of the theories of the war. The present work watches analytically the perspective of the Clausewitzian Paradoxical Trinity about the problem, contextualizing the theory described by the Prussian thinker with the practice evidenced in the territory of Rio de Janeiro, using the bibliography available on the subject.

Keywords: Federal Intervention, Theory of War, Clausewitzian Paradoxical Trinity

LISTA DE ABREVIATURAS

ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
OMPV	Observatório Militar da Praia Vermelha
GIF	Gabinete de Intervenção Federal
CML	Comando Militar do Leste
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
NTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SESEG	Secretaria de Segurança
OSP	Órgão de Segurança Pública
FGV	Fundação Getúlio Vargas
C Cj	Comando Conjunto
1ª DE	1ª Divisão de Exército
COA	Centro de Operações Aéreas
ORCRIM	Organizações Criminosas
FA	Forças Armadas
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal	16
Figura 2 – Relações Institucionais da Intervenção Federal.....	17
Figura 3 – Organograma do Comando Conjunto.....	28
Figura 4 – Comando Conjunto aprestado ao término da Intervenção Federal....	29
Figura 5 – Zonas de Ação das Grandes Unidades do Comando Conjunto.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ônibus Queimados no Estado do Rio de Janeiro.....	21
Tabela 2 – Trabalhos Temáticos sobre a Intervenção Federal do OMPV.....	23
Tabela 3 – Indicadores da Intervenção Federal (até 12 Nov 2018)	33
Tabela 4 – Militares mortos durante ações do C Cj	34
Tabela 5 – Objetivos Estratégicos do Gabinete de Intervenção Federal	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opinião da população carioca em relação à intervenção.....	25
Gráfico 2 – Opinião sobre a eficiência do Exército no combate à violência no RJ...	25
Gráfico 3 – Mapa de Interação sobre a Intervenção Federal no Twiter.....	26
Gráfico 4 – Operações do C Cj.....	31
Gráfico 5 – Apreensões de Armamentos pelo C Cj.....	32
Gráfico 6 – Barricadas removidas pelo C Cj.....	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	OBJETIVO GERAL.....	14
1.2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	14
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A INTERVENÇÃO FEDERAL	15
2.2	A TRINDADE PARADOXAL DE CLAUSEWITZ	18
3	METODOLOGIA	20
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	20
3.2	COLETA DE DADOS.....	20
3.3	TRATAMENTO DOS DADOS.....	20
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	21
4	O SENTIMENTO	21
5	O ACASO	27
6	A RAZÃO	33
7	CONCLUSÃO	38
8	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A Intervenção Federal da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo Presidente da República Michel Temer em 16 de fevereiro de 2018, sob a tutela do Interventor General de Exército Walter Souza Braga Netto, então Comandante Militar do Leste, e perdurou até 31 de dezembro de 2018.

Os problemas da segurança pública no Rio de Janeiro se agravaram a partir da década de 1970. A primeira Organização Criminosa a surgir no cenário fluminense foi o Comando Vermelho (CV), provavelmente fundada no presídio da Ilha Grande nesse período. Também nessa época, o tráfico de drogas começou a ganhar projeção e se fortalecer, em especial nos países andinos da América do Sul, se tornando um negócio altamente lucrativo (NEGRÃO DE SOUZA, 2018).

Após a fusão do então Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro em 1975 e abertura política em 1984, governos populistas assumem a liderança política do Estado e permitem consistente adensamento urbano nos morros cariocas. A falta de urbanização, o crescimento desordenado dessas áreas e a falta de políticas adequadas de transporte e habitação proporcionaram a criação de áreas onde não era exercido o poder de polícia do Estado, fortalecendo a ação do crime organizado, principalmente com ações ligadas ao tráfico de drogas.

Já no início do século XXI, ocorreram dissidências dentro do Comando Vermelho, gerando outras Organizações Criminosas, como o Terceiro Comando Puro (TCP) e os Amigos dos Amigos (ADA). Esses novos atores começaram a disputar as áreas de influência por toda a capital carioca. A manutenção das áreas de comércio de drogas exigiu o incremento do uso da força pelas Organizações Criminosas, que começaram a utilizar armamentos bélicos como fuzis e metralhadoras, elevando drasticamente os índices de violência (NEGRÃO DE SOUZA, 2018).

Outra Organização Criminosa que surgiu posteriormente foi a milícia. Entretanto, esse novo grupo não se valia do tráfico de drogas como atividade econômica. Diferentemente, a milícia explorava a prestação de serviços mediante coerção, como segurança, transporte público irregular, distribuição de gás, assinatura de programas de TV e internet clandestinos, dentre outros.

As ações dessas Organizações Criminosas, mescladas com a ausência do Estado, crises econômicas e corrupção pública encontraram terreno fértil no Rio de Janeiro. Já no século XXI, o aumento no nível da violência resultou no esgotamento dos órgãos de segurança pública em controlar a situação, culminando com o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem em larga escala nas diversas comunidades, com destaque para a Operação Arcanjo nos complexos do Alemão e da Penha, bem como e Operação São Francisco no Complexo da Maré.

No ano de 2017 a situação do Rio de Janeiro se agravou ainda mais. O cenário político ficou conturbado com a prisão de ex-governadores acusados de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, o que refletiu em forte crise econômica do Estado. Fruto da crise econômica, as Organizações Criminosas aumentaram o nível de violência em suas ações, espalhando medo e terror na sociedade. O número de Policiais Militares mortos aumentou significativamente, deixando a situação mais dramática. Foi decretado, então, o emprego das Forças Armadas para Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 2017, devidamente autorizado pelo Presidente da República.

Mesmo com emprego da tropa, a situação continuou crítica e, logo após o carnaval de 2018, foi então decretada a Intervenção Federal, limitada na área da Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, com previsão de término para 31 de dezembro de 2018. Essa ação tomada pelo Governo Federal veio revestida de ineditismo, pois não havia sido empregada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi nomeado o General Walter Souza Braga Netto, então Comandante Militar do Leste, para assumir a função de Interventor Federal.

O general prussiano Carl von Philipp Gottlieb Clausewitz foi um dos principais teóricos do pensamento militar moderno. A sua obra inacabada “Da Guerra” retrata suas reflexões sobre as experiências vividas nos campos de batalhas europeus contra as tropas napoleônicas. Devido a sua morte prematura aos 51 anos de idade, coube a sua esposa Marie Sophie Gräfin von Brühl publicar o livro em 1832, cuja primeira edição somente se esgotou em 1870.

As ideias contundentes de Clausewitz sempre causaram calorosos debates junto ao mundo acadêmico. Atualmente, os conceitos da teoria da guerra levantados pelo general prussiano, em especial a sua trindade paradoxal, recebem constantes releituras e são cada vez estudados. Tais conceitos foram ampliados

e podem ser plenamente aplicados nos mais diversos campos das relações humanas (FERREIRA, 1994).

A Trindade Paradoxal de Clausewitz postula as três forças presentes em todos os conflitos humanos, representadas pelo ódio, o acaso e a razão. Aparentemente essas três vertentes seguem em direção oposta e é justamente a capacidade de alinhar esses três vetores que proporcionar as melhores condições de sucesso nos conflitos, como um objeto suspenso entre três ímãs (CLAUSEWITZ, 1979).

Para materializar tais conceitos, Clausewitz atribui o ódio, a violência e a inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, ao povo. Tais sentimentos, inerentes a todos ser humano, são o combustível inflamável presente nas guerras. O jogo do acaso e da probabilidade, na qual o espírito criativo está livre para vagar, foi atribuído ao comandante dos exércitos, que possui liberdade de ação no jogo de coragem e talento. Por último, a razão compete ao propósito político e seus assuntos de governo.

Apesar de parecer hostil e extremado, a aplicação das teorias da guerra é muito mais ordinária e aplicável do que permeia o pensamento comum. O simples embate de vontades entre duas partes já serve de caso para a aplicação do estudo da guerra. Para o próprio Clausewitz, “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. Assim, em um maior ou menor grau, os conflitos existentes podem sempre serem analisados conforme a perspectiva das teorias da guerra.

Diante do cenário inédito da Intervenção Federal, se faz necessário o seu estudo sob diversas óticas e em todos os campos acadêmicos das Ciências Militares, em especial sob a perspectiva das teorias da guerra.

1.1 PROBLEMA

Como se comportaram os elementos das Trindade Paradoxal de Clausewitz durante o evento da Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Estudar os componentes da trindade paradoxal de Clausewitz presentes durante a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) estudar o comportamento do povo durante a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

b) estudar o comportamento das Forças Armadas durante a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

c) estudar o comportamento do Governo durante a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo se limita a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, durante o período da sua vigência, nos aspectos da trindade paradoxal de Clausewitz, ou seja, o Povo, as Forças Armadas e o Governo.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro foi uma ação inédita desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A surpresa da decisão alterou o tabuleiro do jogo de poder existente no Estado fluminense, que se encontrava em profunda crise política, econômica e social.

As peculiaridades impostas pela Intervenção ao Governo do Rio de Janeiro, gerou segregação das funções estatais. Tal fato requer um estudo detalhado no caso em tela, bem como os seus reais efeitos.

O estudo das Teorias da Guerra, aplicadas diretamente a casos concretos, é ainda incipiente no cenário nacional. O aprofundamento das ideias, partindo das premissas de grandes pensadores consagrados, apresenta novas perspectivas e interpretações mais corretas dos novos cenários vindouros.

A intrínseca relação entre política, poder e o emprego das Forças Armadas desperta a atenção para o estudo da guerra e todos os seus fenômenos. O correto entendimento de todos esses aspectos permitirá uma melhor tomada de decisão por parte dos envolvidos nesse processo em uma próxima oportunidade.

O emprego das ações militares Forças Armadas como último recurso disponível pelo Estado, dentro de seu próprio território, só deve ser utilizado em casos expressos na Constituição Federal, de maneira episódica e determinada. O perfeito entendimento do contexto que envolve a situação desse tipo de emprego tão peculiar e extremado, necessita profundas reflexões e estudos nos mais diversos campos para ser alcançado.

Os conceitos de Clausewitz, estabelecidos no século XIX, não possuem unanimidade no mundo acadêmico. Mesmo assim, é possível observar a aplicação direta desses conceitos nos casos atuais. A pretensão do presente trabalho é justamente trazer a luz clausewitziana de sua Trindade Paradoxal sobre os eventos ocorridos na Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 2018.

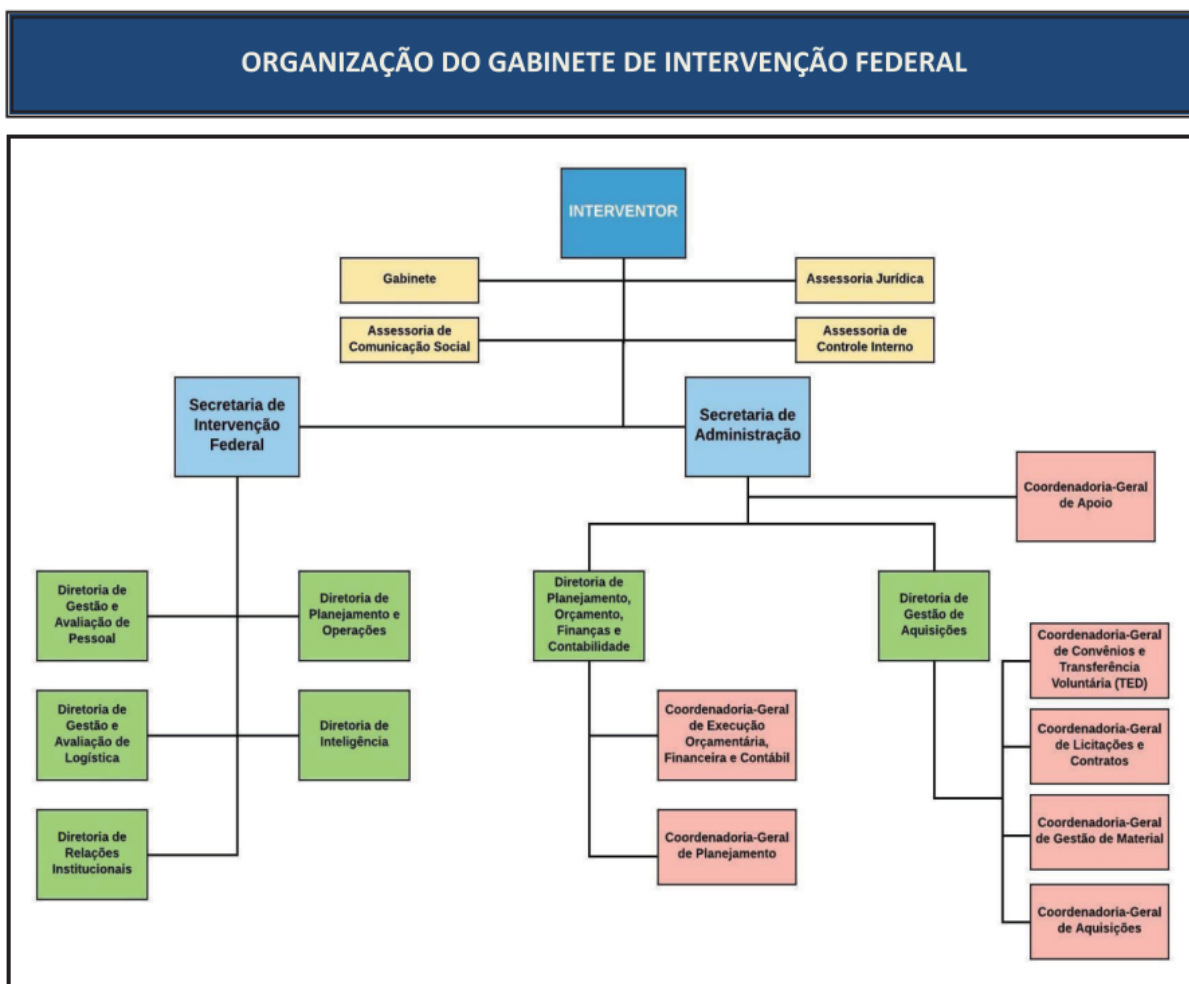
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INTERVENÇÃO FEDERAL

O Decreto Presidencial 9288, de 16 de fevereiro de 2018, determinou a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro e tinha como principal objetivo pôr termo a forte comprometimento da ordem pública que se encontrava o Estado. A Intervenção durou até 31 de dezembro do mesmo ano e criou estrutura própria de organização. Uma das estruturas criadas foi o Gabinete de Intervenção Federal (GIF). Sua missão foi ser o órgão de planejamento, coordenação e controle a serviço do Interventor Federal. Foi organizado em duas secretarias: A secretaria de Intervenção Federal e a Secretaria de Administração e Finanças, englobando respectivamente o viés operativo e o viés administrativo da Intervenção.

A Intervenção Federal é um instituto jurídico previsto nos artigos 34 e 36 da Constituição Federal de 1988, de competência exclusiva do Presidente da República, destinado a solução de crises por parte da União nos Estados Federativos, afastando temporariamente e excepcionalmente, a autonomia do ente e por tempo determinado.

(Figura 1 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal)

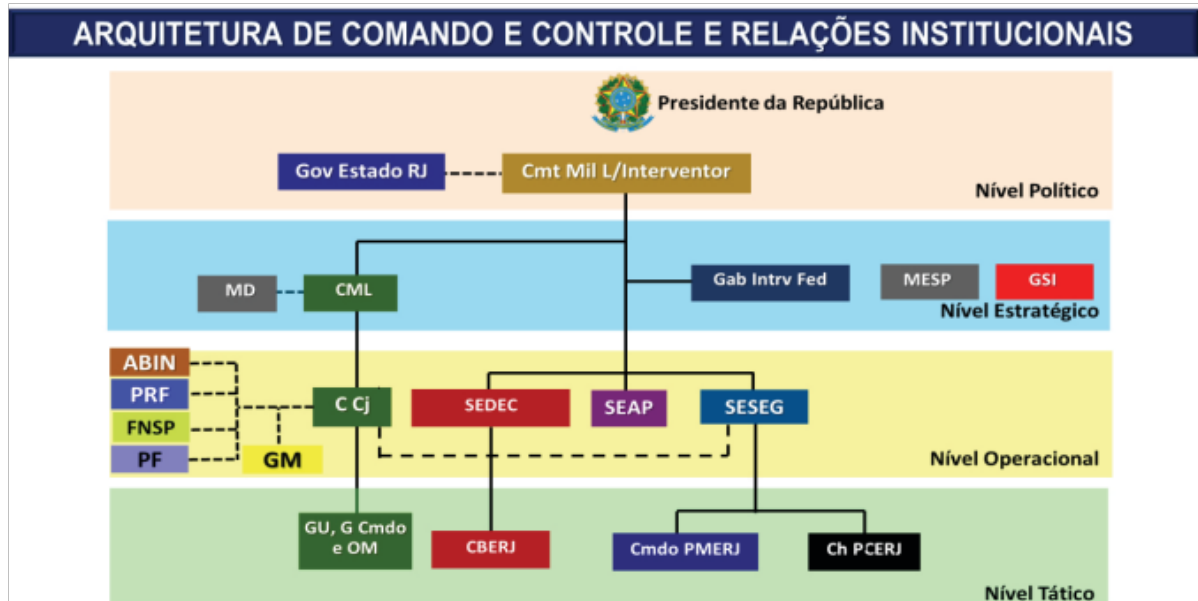


(Fonte: Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal)

O interventor Federal passou a exercer a função de Governador do Estado do Rio de Janeiro nos assuntos relacionados a Segurança Pública, absorvendo em ligação direta a Secretaria de Segurança, Secretaria de Administração Penitenciária e a Secretaria de Defesa Civil.

As diversas agências envolvidas na Intervenção Federal foram articuladas para melhor cumprir as suas atribuições. Instituições Federais, como as Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública, sendo eles a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança, e a Agência Brasileira de Inteligência foram organizados no Comando Conjunto.

Figura 2 – Relações Institucionais da Intervenção Federal



(Fonte: Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal)

O Comando Conjunto e os Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Rio de Janeiro formaram o braço operativo da Intervenção Federal. As Forças Armadas, subordinadas ao Comando Conjunto e empregadas durante a Intervenção Federal, foram atores importantes na consecução dos objetivos estabelecidos pelo Gabinete de Intervenção Federal.

Foram estabelecidos 5 Objetivos Estratégicos durante a Intervenção:

- Diminuir os índices de criminalidade;
- Recuperar a capacidade operativa dos OSP do Estado do Rio de Janeiro;
- Articulação das instituições dos entes federativos
- Fortalecimento do carácter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional; e
- Melhoraria da qualidade e da gestão do sistema prisional.

A partir desses objetivos estratégicos, foram elaborados os diversos Planos de Ação, com ações emergenciais e estruturantes, nas diversas áreas funcionais (pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento, comunicação social, relações institucionais e administração e finanças) mensuráveis por indicadores de desempenho tanto objetivos e subjetivos.

O aumento da percepção da sensação de segurança foi uma das diretrizes do Interventor Federal. A população, principal detentora legítima de tal percepção, ocupou papel preponderante em todas as ações desencadeadas.

Cabe ressaltar que não se trata de uma Intervenção Militar, e sim uma Intervenção Federal, restrita as questões da Segurança Pública, apesar do Governo Federal ter nomeado para o cargo um general de exército, mas poderia tê-lo feito nomeado um civil (LEITE, 2018).

Outro aspecto relevante repousa sobre a questão da constitucionalidade do Decreto Presidencial que instituiu a Intervenção Federal. Para Luís Francisco Oliveira, a ausência de consulta ao Conselho da República ou ao Conselho de Defesa Nacional já impossibilitaria juridicamente a decisão. Para Gisele Leite, a limitação na questão da segurança pública poderia maquiagem uma possível intervenção militar. Isso demonstra a instabilidade da decisão política tomada pelo Presidente da República, mesmo tendo o aval do Congresso Nacional.

2.2 A TRINDADE PARADOXAL DE CLAUSEWITZ

Para Clausewitz, “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios”. Em sua célebre obra *Da Guerra*, o pensador prussiano destrincha suas reflexões sobre as experiências vividas no campo de batalha contra as tropas napoleônicas no início do século XIX. O autor ainda afirma que “o propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito”.

Partindo dessa premissa, é possível analisar que o uso da violência extrema, ou seja, o emprego das Forças Armadas, é somente uma das ferramentas da política. Com a finalidade de impor os seus objetivos, infere-se que a política está em constante guerra. Daí, é possível estender os conceitos da Teoria da Guerra de Clausewitz para o meio político, ocorrendo as devidas adaptações. Para Oliveiros Ferreira, essa interpretação extensiva das teorias da guerra clausewitziana se adequa muito bem ao mundo político.

O capítulo um do livro um de Clausewitz foi o único trecho da obra considerada concluída pelo autor antes de sua prematura morte. Ele traz as reflexões sobre o que é a guerra.

A guerra, então, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também como fenômeno de conjunto e relativamente as tendências que nela predominam, um surpreendente trindade em que se encontra antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. O primeiro desses três aspectos é relativo principalmente ao povo; o segundo ao comandante e seu exército; o terceiro ao governo. (CLAUSEWITZ, 1979)

Segundo Clausewitz, todas as guerras da história possuiriam três tendências predominantes, que agiriam como forças no interior dos conflitos: a violência, o ódio e a animosidade movida pelo povo, o jogo do acaso e das probabilidades como variável guiada pelo comandante do exército, ou seja, pelas Forças Armadas e, por fim, pela razão cabível ao governo com suas decisões no campo político e sua devida subordinação.

Para Proença Jr, o reconhecimento do povo como um componente essencial da atividade bélica é uma inovação marcante de Clausewitz. Assim, não se tratava simplesmente de derrotar as Forças Armadas inimigas no campo de batalha, era necessário quebrar ou conquistar a vontade popular para se atingir a vitória.

O termo paradoxal surge pela forma como a ligação dos interesses aparentemente antagônicos dos três elementos, povo, Forças Armadas e governo, se mantem unidos. Quanto mais coesas as ligações entre a trindade, mais forte será a sua capacidade de fazer a guerra e alcançar a vitória.

Outro conceito importante é a “fricção”. Proença Junior ensina que nem o próprio Clausewitz apresenta uma definição para o termo, entretanto o ilustra com exemplos e analogias. Fricção é o fenômeno que faz com as coisas simples sejam difíceis. Ordens são mal compreendidas ou não são recebidas, caminhos errados são tomados, equipamentos quebram e um infinidade de eventos relacionados ao acaso podem ocorrer. Esse desgaste provoca a depreciação do poder de combate e exige grandes esforços para as coisas simples. Compete, portanto, as Forças Armadas lidar com o imprevisível e o acaso.

O pensamento de Clausewitz não é unânime no mundo acadêmico. Seu contemporâneo, o teórico militar e estrategista francês Antoine-Henri Jomini, já

discordava das suas ideias. Com a evolução das relações humanas, as modificações das estruturas sociais e novo dimensionamento dos conflitos modernos, novas críticas surgiram ao pensamento do teórico da guerra prussiano. Pensadores modernos, como Raymond Aron, apresentaram uma nova leitura dos conceitos de Clausewitz já no final do século XX.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro e na teoria da guerra de Clausewitz, tanto em livros e manuais quanto em artigos e teses de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

3.2 COLETA DE DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército) (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para a comprovação ou não da hipótese levantada.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (EXÉRCITO, 2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico sobre o problema apresentado.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses (ver item 4 CRONOGRAMA), o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

4. O SENTIMENTO

A situação de desordem que assolava o Rio de Janeiro antes da Intervenção Federal acometeu forte sentimento de revolta no povo fluminense, em especial, carioca. A escalada desenfreada do grave comprometimento da ordem pública, notadamente nas questões de segurança pública, resultou em diversas manifestações de revolta da população, como incêndio em ônibus em vias públicas. De acordo com o relatório da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), entre janeiro de 2017 e março de 2018, foram incendiados 149 ônibus no Estado do Rio de Janeiro, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Ônibus Queimados no Estado do Rio de Janeiro

Município	2017	2018
Angra dos Reis	-	1
Araruama	1	-
Cabo Frio	-	2
Duque de Caxias	17	7
Itatiaia	1	-
Japeri	2	-
Magé	15	1
Marica	-	1
Nilópolis	1	-
Nova Iguaçu	11	6

(Continua)

Tabela 1 – Ônibus Queimados no Estado do Rio de Janeiro (continuação)

Paraty	2	-
Queimados	1	1
Resende	2	-
Rio de Janeiro	50	22
São Gonçalo	2	1
São João de Meriti	2	-
TOTAL	107	42

(Fonte: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos)

Clausewitz aborda na sua Trindade Paradoxal que o povo constitui um dos seus três vértices. Nesse sentido, os sentimentos representados pela violência, pelo ódio e pela inimizade primordiais, são intrinsecamente inerentes ao ser humano. Naturalmente se faz necessário uma interpretação desse conceito originário no século XIX, onde a população de um Estado-Nação exercia um papel mais direto nos conflitos, para os dias atuais, onde exerce maior relevância no contexto político de uma Nação. Apesar disso, o povo de maneira geral, ainda carrega a carga sentimental propulsora para a imposição das suas vontades.

A palavra democracias, cujo verbete tem sua origem na Grécia Antiga, onde “demo” significa povo e “kracia” significa governo, exprime justamente que o governo é exercido pelo povo. No Brasil, a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Dessa forma, o voto é o instrumento pelo qual são escolhidos os líderes políticos, que passam a representar o povo, com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 14 e seguintes. Os representantes devem, na teoria, primar pelos interesses da coletividade e pelo bem comum, agindo conforme a vontade da maioria.

Retornando ao estudo em tela, devido a importância da população e a sua capacidade de rapidamente inflamar, o Estado final desejado pelo Interventor Federal foi a diminuição dos índices de criminalidade e o conseqüente aumento da sensação de segurança por parte do povo fluminense, conforme preconizado no Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal.

Tal decisão do Interventor Federal corrobora com a importância da população na perspectiva clausewitziana. O manual MD 35-G-01, Glossário das Forças

Armadas, preconiza que Estado Final Desejado é situação política ou militar a ser alcançada ao final das operações e que indica se o efeito desejado foi alcançado. Isto posto, observa-se que para o Interventor, o aumento da sensação de segurança e a consequente diminuição do sentimento de revolta da população assinala o sucesso das ações. Dessa forma, a Intervenção Federal, de maneira ampla, buscava atingir os corações e mentes da população, diminuindo seu ímpeto de ódio, propiciando um ambiente mais estável para a sociedade fluminense.

Outra ferramenta utilizada para amenizar os ânimos do povo durante a Intervenção Federal foi a instituição do Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV), conduzido pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). O OMPV é um instrumento de integração de conhecimentos, destinado ao acompanhamento geopolítico da conjuntura, definido por áreas temáticas, a partir da capacidade de análise político-estratégica presente na ECEME. De todas as áreas temáticas desenvolvidas pelo OMPV, o tema Crime Organizado e Segurança Pública é o que reúne a maior quantidade de trabalhos de interesse para o presente trabalho.

O OMPV se vale do seu capital intelectual, do corpo docente permanente, bem como do discente, para produzir conhecimento de interesse para a comunidade científica e a sociedade em geral, através “clipagem” (recortes de reportagens em veículos de comunicação) e resenha de notícias e artigos publicados na rede mundial de computadores. Esse vetor de comunicação social que “pensa o Brasil” ajudou a divulgar o trabalho desenvolvido, multiplicando o alcance da informação e corroborando para amenizar o ódio da população.

Tabela 2 – Trabalhos Temáticos sobre a Intervenção Federal do OMPV

Trabalho	Quantidade
Análises	9
Apreciações	5
Vídeos	9
TOTAL	23

Fonte: OMPV (2019)

A mídia ocupa papel híbrido, entre amenizar ou aumentar o ímpeto do povo. Com a função social precípua de informar, a mídia tem uma capilaridade expressiva

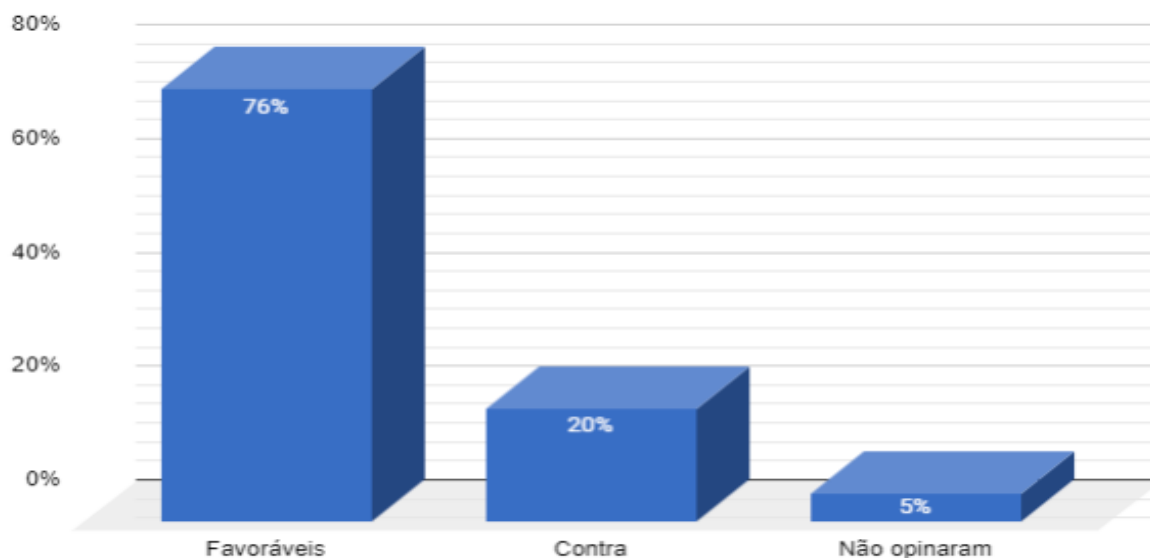
de influenciar a esmagadora maioria da população. O fenômeno contemporâneo da falta de tempo para as ações cotidianas, acaba refletindo em poucas oportunidades para que o cidadão consiga absorver informações. Essa premissa de tempo faz com que o cidadão médio não se aprofunde na notícia nem exerça o pensamento crítico sobre ela. Dessa forma, o duelo entre o compromisso com a verdade e a necessidade de comercializar os próprios veículos de comunicação, colocam a mídia em situação conflituosa e notícias com grande apelo emocional acabam ganhando mais espaço. Sem sombra de dúvida, notícias trágicas e envoltas a apelos emocionais atraem mais atenção do povo. Com isso, os graves problemas de segurança pública do Rio de Janeiro, no que pesem serem verdadeiros, reverberam e ecoam na mídia constantemente, aumentando, assim, a raiva da sociedade.

Com o surgimento das mídias sociais, a mídia tradicional acabou perdendo espaço. Apesar do lucro não ser o foco dessas novas mídias, não existe um compromisso moral com a verdade. Dessa forma, a verdade pode ser desvirtuada por ideologias, convicções, e inúmeras outras motivações provocando o fenômeno das “Fake News”. Como as mídias sociais conseguem ter um alcance ainda maior sobre a população, numa projeção exponencial, o fenômeno da “Fake News” apresenta verdadeiro risco, pois influencia diretamente a população, podendo alterar os seus ânimos. Importante destacar que o papel da mídia nesse processo influencia tanto a população local, diretamente impactada pelas ações da Intervenção Federal, quanto o restante da população brasileira, detentora legítima de onde emana o poder nacional.

Apesar das ressalvas sobre a qualidade da influência da mídia sobre a população, quanto maior a transparência e volume de informações disponibilizadas pelo Gabinete de Intervenção Federal, maior será a sua adequação a uma relação de confiança. A Comunicação Social Institucional do GIF recebeu papel relevante nesse processo, no sentido de garantir o controle da narrativa e elucidação das ações.

O apoio da população, elencado como ator do Estado Final Desejado pelo GIF, é ponto fundamental para o sucesso das operações militares. A pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha, entre 20 e 22 de março de 2018, apontou que 76% da população carioca era favorável à Intervenção Federal.

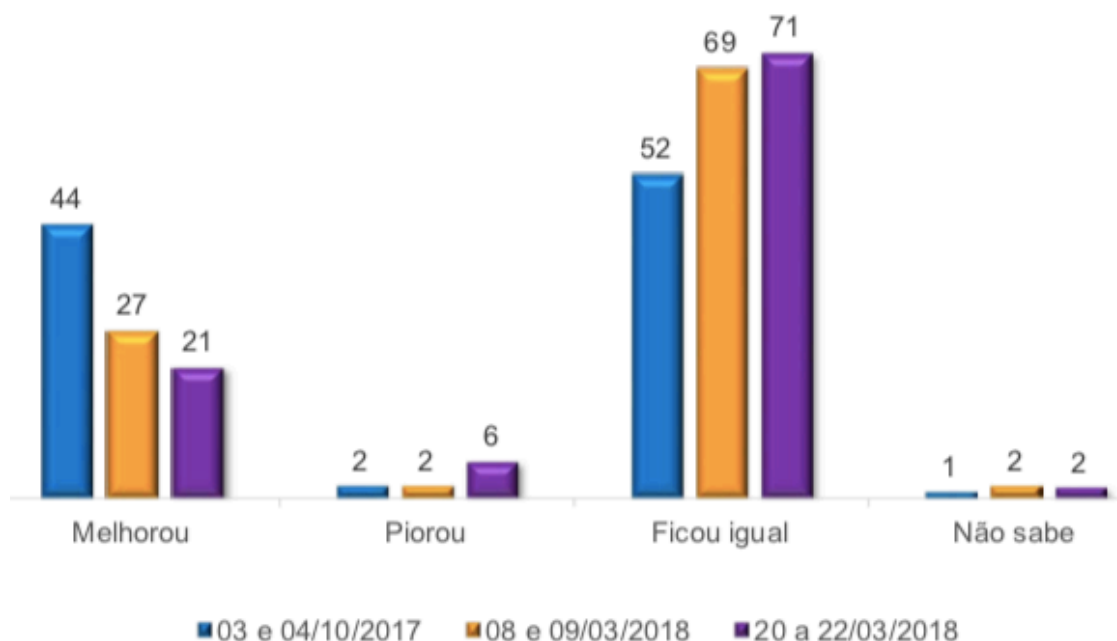
Gráfico 1 – Opinião da população carioca em relação à intervenção.



Fonte: Instituto Data Folha (2018)

Outra pesquisa realizada também pelo Data Folha foi a respeito da opinião da população sobre a eficiência do Exército no combate à violência no Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi feita em 3 momentos distintos, em outubro de 2017, ou seja, antes de ser decretada a Intervenção, entre 8 e 9 de março de 2019 e, por fim, entre 20 e 22 de março do mesmo ano. É possível observar que nos 3 momentos, foi observada que a percepção da situação se manteve ou melhorou.

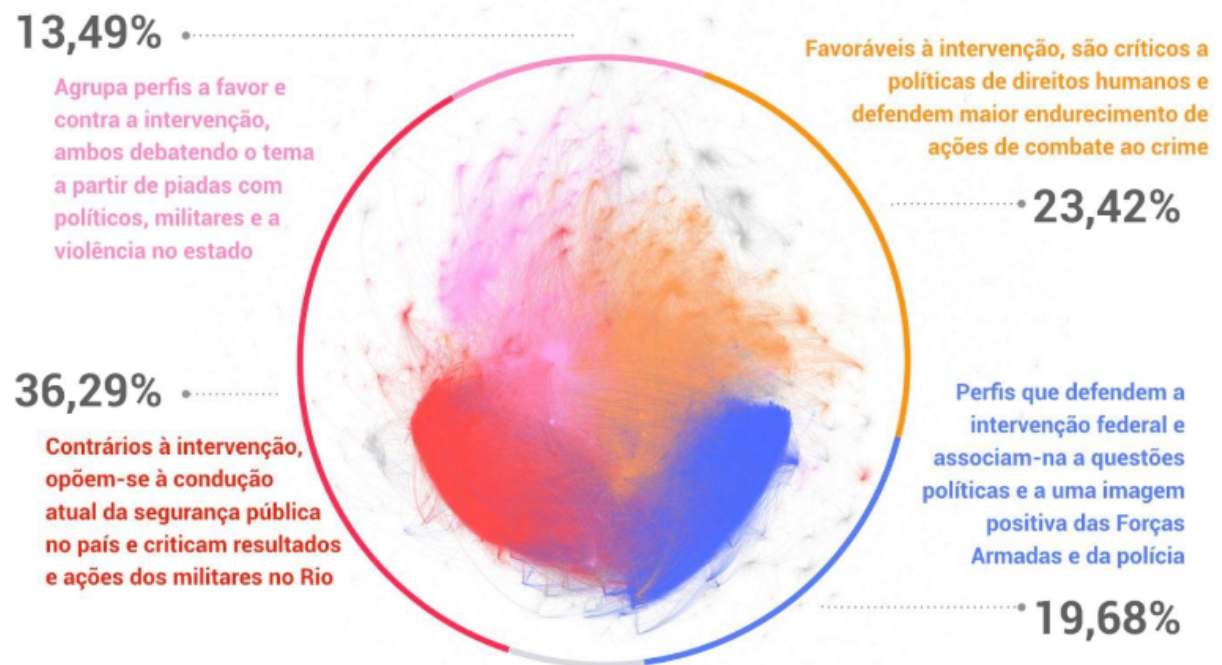
Gráfico 2 – Opinião sobre a eficiência do Exército no combate à violência no RJ.



Fonte: Instituto Data Folha (2018)

Dentro das mídias sociais, o “Twitter” possui a características de permitir com que os usuários possam manifestar suas perspectivas e impressões sobre os mais diversos assuntos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou uma pesquisa com as interações na plataforma “Twitter”, entre 20 de fevereiro e 1º e julho de 2018, contabilizando 1.349.052 interações, apontando que 36,29 % eram contrárias à Intervenção Federal.

Gráfico 3 – Mapa de Interação sobre a Intervenção Federal no Twitter



(fonte: FGV DAPP 2019)

É possível perceber que, dos usuários do “Twitter”, o maior grupo é o dos contrários a Intervenção, representando insatisfação desse universo com as ações desencadeadas. Isso exprime uma leitura do sentimento de insatisfação da população com a medida federal adotada.

O povo, como vetor do ódio da Trindade Paradoxal Clausewitziana, consegue inflamar e mover as forças de uma guerra. Pode-se observar que a população fluminense agiu com atos de extrema violência no período pré-Intervenção e que isso influenciou diretamente no processo de tomada de decisão no nível político. A opinião pública foi alimentada com informações sobre os eventos ocorridos, especialmente pela Comunicação Social Institucional do Gabinete de Intervenção Federal, proporcionando um maior conhecimento das ações e amenizando os ânimos. As

mídias sociais potencializaram a difusão do assunto e, a longo prazo, resultou em uma perspectiva não favorável à Intervenção Federal. Além disso, a aproximação do mundo acadêmico, pelo Observatório Militar da Praia Vermelha, ajudou a difundir o conhecimento produzido com a Intervenção para a sociedade em geral, com transparência e oportunidade.

5. O ACASO

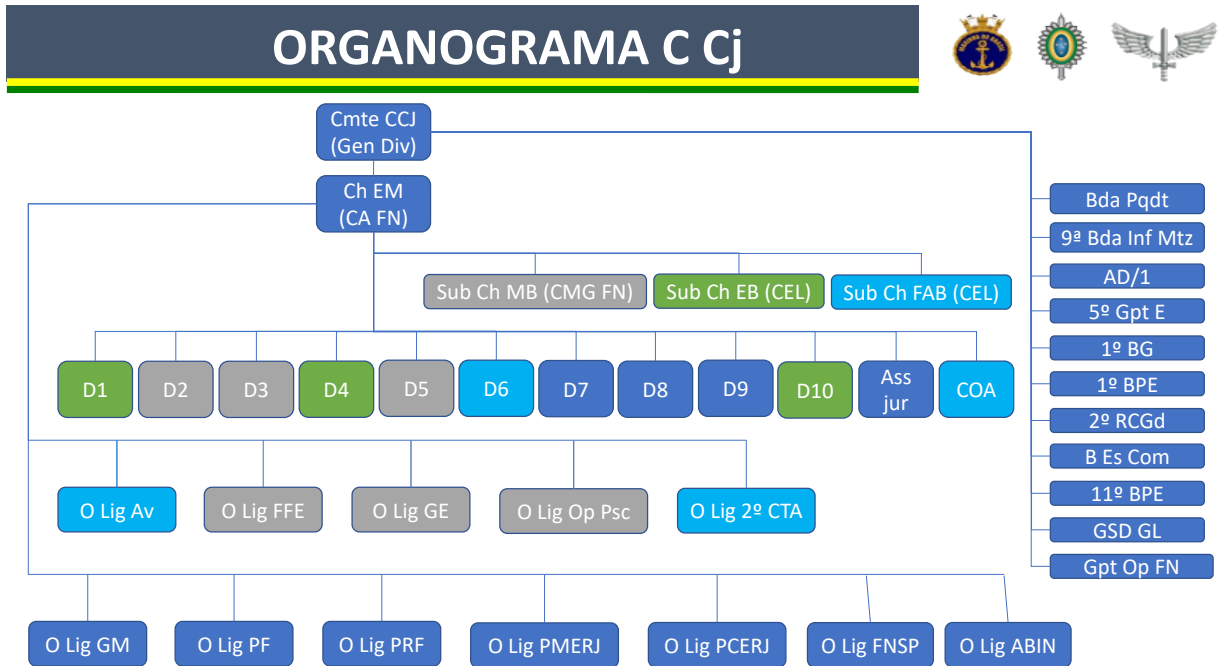
O jogo do acaso e da probabilidade, na qual o espírito criativo está livre para vagar, foi atribuído ao comandante dos exércitos, que possui liberdade de ação no jogo de coragem e talento. Entretanto, "tudo na Guerra é muito simples, mas mesmo a coisa mais simples é difícil". Esse é o conceito de Clausewitz para o fenômeno da fricção. Dessa forma, cabe aos militares o empenho de energia para conseguir executar os planejamentos, ao lidar constantemente com as diversas fricções imposta pela guerra. (CLAUSEWITZ, 1979).

O acaso ainda é analisado pelo viés positivo. Por se tratar de um fenômeno natural, o acaso se revela como parte da realidade, não podendo ser desprezado. A melhor maneira de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo acaso é o que justamente faz sobressair a qualidade do gênio militar (CLAUSEWITZ, 1979).

Durante o século XVIII, os teóricos da guerra buscavam constantemente isolar o componente do acaso e atribuir maior valor científico aos seus estudos. O desejo de compreender a guerra sistematicamente, capaz de submeter o resultado dos conflitos a comprovação objetiva seguia na direção oposta ao acaso. Entretanto, Clausewitz, apoiado na lógica de sua opinião e no seu alto nível de realismo, entendeu o acaso como inevitável e até mesmo como elemento incontestável da guerra (CLAUSEWITZ, 1979).

Dentro do cenário da Intervenção Federal na segurança pública no Rio de Janeiro, as Forças Armadas, fadadas a fricção, estavam organizadas no Comando Conjunto. Doutrinariamente, o MD 30-01 (Doutrina de Operações Conjuntas) prevê que o Comando Conjunto pode ser ativado em situação de Não Guerra, como no caso da Intervenção Federal, e preconiza convergência de esforços das Forças Armadas. Para tanto, torna-se indispensável a unidade de comando no mais alto escalão e uma mentalidade militar unificada em todos os níveis, evidenciando o conceito de interoperabilidade.

Figura 3 – Organograma do Comando Conjunto



(Fonte: Comando Conjunto do Gabinete de Intervenção Federal)

O Comandante da 1ª Divisão de Exército (1ª DE) foi encarregado de acumular a função de Comandante do Comando Conjunto (C Cj). O Estado-Maior Conjunto possuía um Chefe de Estado-Maior da Marinha do Brasil e um Subchefe de Estado-Maior para cada força singular. O Estado-Maior Conjunto foi organizado em 10 células, nominadas de D1 a D10, responsáveis pelas áreas de pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento, comando e controle, comunicação social, operações de informações, assuntos civis e informações financeiras, além da Assessoria Jurídica, uma Assessoria de Avaliação e Adestramento e uma Célula de Operações Aéreas (COA). Importante destacar que alguns desses elementos eram dedicados exclusivamente ao Comando Conjunto e outros atendiam a uma dupla subordinação do C Cj e do Comando Militar do Leste, como elementos de inteligência e Comunicação Social. Cabe ressaltar que a Central de Inteligência do CML foi reforçada com elementos do Centro de Inteligência do Exército, Centro de Defesa Cibernética e Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica.

As tropas do Exército Brasileiro que compuseram o C Cj foram as orgânicas da 1ª DE, como a sua Artilharia Divisionária, o Grupamento de Unidades-Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada, a 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha) e o 11º

Batalhão de Polícia do Exército, além da Brigada de Infantaria Paraquedista, 5º Grupamento de Engenharia, 1º Batalhão de Polícia do Exército, 1º Batalhão de Guardas, 2º Regimento de Cavalaria de Guardas e contingentes do Comando Militar do Sudeste. Havia ainda um Centro de Coordenação Tática Integrado (CCTI) que coordenava as Operações Especiais, incluindo também ações de Operações Psicológicas.

Figura 4 – Comando Conjunto aprestando ao término da Intervenção Federal



(Fonte: <https://www.eb.mil.br>, acessado em 27 de agosto de 2019.)

O C Cj também foi composto por tropas do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e do Grupo de Segurança e Defesa Galeão da Força Aérea Brasileira, bem como elementos de ligação aos órgãos de segurança pública como a Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Rio de Janeiro e Guarda Municipal do Rio de Janeiro, se configurando em uma grande operação de cooperação e coordenação entre várias agências distintas.

O efetivo total da militares do C Cj foi de aproximadamente 18.300 homens, com disponibilidade permanente de 110 pelotões para emprego direto, conforme o relatório final de missão.

A diferença de cultura organizacional entre os vários atores envolvidos no C Cj foi um fator potencializador para a incidência de fricções nas operações. Duas ações

que dirimiram tais incidências foram a realização de reuniões diárias denominadas “*briefings*” e o planejamento macro a longo prazo.

Os “*briefings*” tinham a finalidade precípua de nivelamento da consciência situacional entre elementos do Estado-Maior e as tropas empregadas, bem como as possíveis coordenações necessárias. Essa comunicação direta minimizou significativamente a incidência de fricções ao longo das operações militares da Intervenção Federal, pois antecipava o surgimento de situações de contingência.

A interoperabilidade entre as Forças Singulares foi outro fator para dirimir as fricções durante as ações do C Cj. Esse fato ficou bem evidenciado com a capacidade de comando e controle, sob coordenação do D6, que permitiu a integração das peças de manobra. O sistema troncalizado de comunicações e o sistema Pacificador permitiram que as ordens fossem claramente recebidas pelos escalões subordinados e, em tempo real, permitiram a plena consciência situacional pelos comandantes que não se encontravam na ponta da linha da execução.

O planejamento macro a longo prazo, conhecido como “tripão”, possibilitou melhor planejamento para todos os envolvidos nas operações, otimizando a aplicação do poder militar durante toda o período da Intervenção Federal. Algumas áreas de responsabilidades já foram atribuídas a algumas Grande Unidades, permitindo um melhor conhecimento da área e aproveitamento de expertises.

Figura 5 – Zona de Ação das Grandes Unidades do Comando Conjunto.



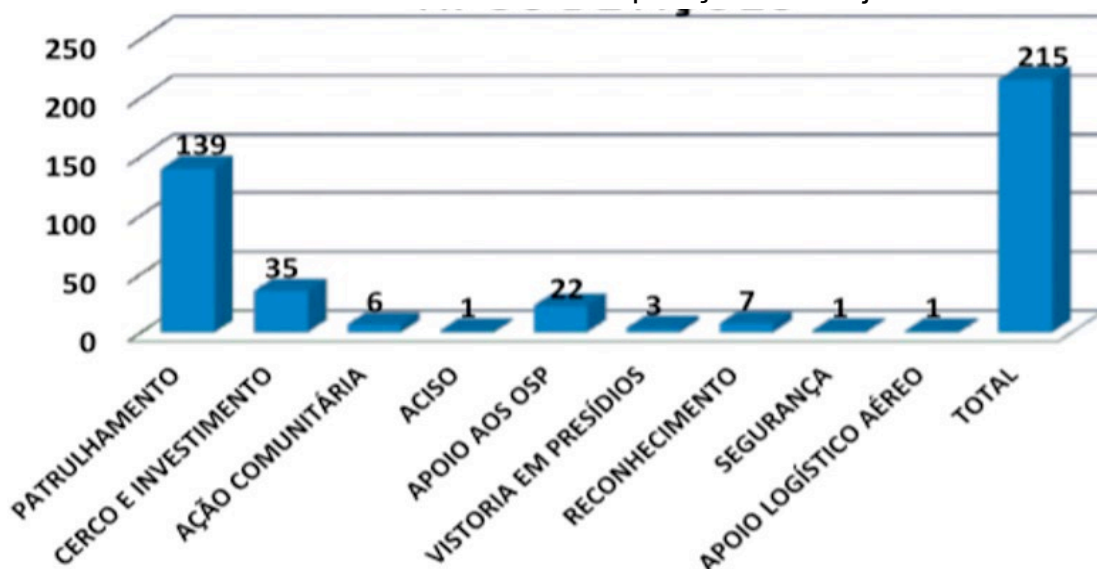
(Fonte: Comando Conjunto do Gabinete de Intervenção Federal)

A Assessoria de Avaliação e Adestramento contribuiu significativamente para o aumento da qualidade do emprego das tropas do C Cj e dos OSP. Sob responsabilidade direta do Centro de Adestramento Leste (CA-L), as frações nível pelotão foram submetidas a treinamento de nivelamento, com técnicas de progressão, tiro, patrulhamento motorizado e a pé, dentre outros. A utilização das capacidades de simulação proporcionadas pelo CA-L aumentou o grau de realismo do treinamento, resultando em melhores desempenhos quando em operações reais.

As ações táticas do C Cj estavam alinhadas com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo GIF. O Estado Final Desejado do C Cj era composto pela diminuição dos índices de criminalidade, aumento da percepção da sensação de segurança da população, redução da ostensividade das ORCRIM e preservação da integridade física da população, dos integrantes das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública (OSP). Para isso, o C Cj desencadeou uma grande quantidade de operações militares envolvendo seus quadros, com características distintas.

Ocorreram operações com o emprego maciço do componente militar, chamadas Operações Furacão. Essas operações envolviam ações de patrulhamento, Cerco e Investimento, Ações Cívico Social, vistoria de presídios, reconhecimentos, segurança de autoridades e coordenação com os OSP para execução de mandados de prisão e de busca e apreensão nos locais elencados como críticos. Ao todo foram 215 Operações Furacão em 10 meses, refletindo em uma média de 21 operações por mês, em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro e alguns locais do interior.

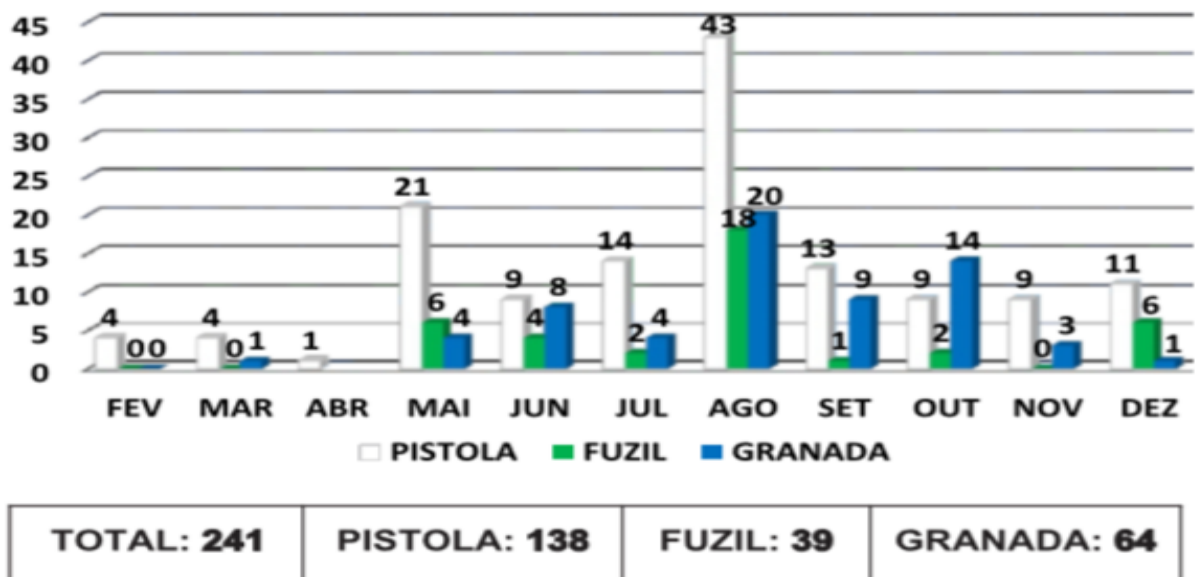
Gráfico 4 – Operações do CCj



(fonte: Relatório Final de Missão do CCj)

A intenção dessas operações era retirar a liberdade de ação dos criminosos, efetuando a prisão em flagrante e de elementos foragidos já condenados pela justiça comum, bem como apreender os bens relacionados às ações criminosas, principalmente os armamentos utilizados pelas ORCRIM e as drogas utilizadas no tráfico e no comércio ilegal.

Gráfico 5 - Apreensões de armamento do C Cj

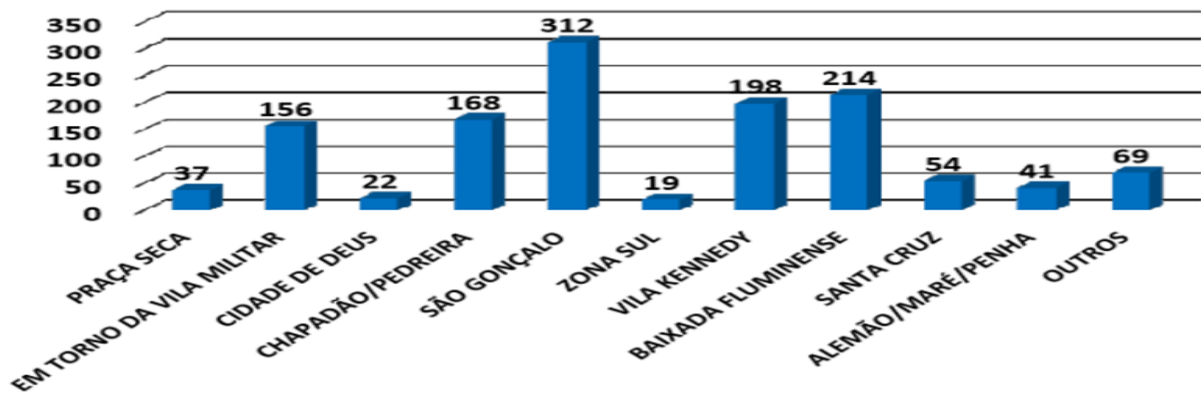


(fonte: Relatório final de missão C Cj)

Durante a execução das Operações Furacão era muito comum as ações de retirada de barricadas instaladas pelas ORCRIM no interior das comunidades. Esses obstáculos provocavam efeitos de contra mobilidade para as ações policiais e das tropas do C Cj e prejudicavam a população local. As unidades de Engenharia trabalharam intensamente com maquinário específico para a liberação das vias, aumentando a liberdade de manobra das tropas do C Cj, bem como a mobilidade em geral. Isso possibilitou o fornecimento de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo e transporte público, até então precários ou inexistentes. Foram retiradas 1290 barricadas durante as operações, com destaque para São Gonçalo.

O apoio da população foi muito importante para o sucesso das operações. De acordo com o relatório do Instituto Data Folha, 76% da população fluminense apoiou a Intervenção Federal.

Gráfico 6 - Barricadas removidas pelo C Cj



(fonte: Relatório Final de Missão do CCj)

Outra ação adotada pelo Comando Conjunto foi estabelecer as Operações Dínamo. Esse tipo de operação tinha ligação direta com a Delegacia Especializada Contra Furtos e Roubo de Autos da Polícia Civil e tinha 2 subdivisões, uma com foco no combate ao furto de veículos de passeio e outro com foco no combate ao furto de cargas.

As Operações Dínamo de combate ao furto de veículos de passeio ocorriam normalmente no período noturno. Além de diminuir os índices de criminalidade, ajudavam no aumento no nível da sensação de segurança pela população, colaborando para aumentar esse índice intangível.

As Operações Dínamo de combate ao furto de cargas ocorriam normalmente no período diurno e tinham o objetivo operacional de tirar a capacidade financeira das organizações criminosas (ORCRIM). Com o declínio do comércio de drogas, as ORCRIM buscaram outras fontes de recursos financeiros, onde o roubo de cargas nas vias expressas da região metropolitana do Rio de Janeiro ganhou destaque.

Tabela 3 – Indicadores da Intervenção Federal (até 12 Nov 2018)

Indicadores da intervenção Federal	Quantidade
Ações (patrulhamento, apoio aos OSP, etc)	168
Comunidades/ bairros beneficiados	105
População beneficiada	14.074.314
Revistas/mês	329.464
Apreensões de veículos roubados ou furtados	607
Apreensões de armamentos	217
Barricadas removidas	1.078
Óbitos em decorrência de confronto	50
Inquéritos Policiais Militares instaurados	49
Valores tangíveis de apreensões	R\$ 30.594.612,90

(fonte: <http://www.intervencaofederalrj.gov.br>)

As ações do C Cj foram em sua grande maioria pontuais, com duração de até 1 dia de operação, salvo raras exceções. Esse modelo se diferenciou da proposta estabelecida em grandes operações GLO anteriores, como a Operação Arcanjo (2011-2012) no Complexo de Favelas do Alemão e da Penha e Operação São Francisco (2013-2014), no Complexo da Maré, que perduraram com operações continuadas e ininterruptas ao longo de 19 e 14 meses, respectivamente.

Dos 50 óbitos ocorridos durante as ações do C Cj, 45 foram de agentes perturbadores da ordem pública (APOP) e 5 de militares, não ocorrendo morte de inocentes. Dos militares que faleceram, 4 foram em confrontos diretos com elementos das ORCRIM e 1 em decorrência de acidente com motocicleta, durante escolta do Interventor Federal, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Militares mortos durante ações do C Cj

Posto/Grad	Nome	Data	Local
Soldado	Thiago de Sousa Onório	07/06/2018	Complexo da Maré
Cabo	Fabiano de Oliveira Santos	20/08/2018	Complexo da Penha
Soldado	João Viktor da Silva	20/08/2018	Complexo da Penha
Soldado	Marcus Vinícius Viana Ribeiro	22/08/2018	Complexo do Alemão
Capitão	Diego Martins Graça	07/10/2018	Complexo da Penha

(fonte: o autor)

As ações do C Cj buscavam atingir o Centro de Gravidade das ORCRIM, diminuindo seu poder econômico, sua liberdade de ação e sua capacidade de influência. Nesse sentido, as ações pontuais se mostraram mais eficazes e menos desgastante para a tropa.

A condução da guerra, inerente ao Comandante Militar, é a peça da Trindade Paradoxal Clausewitziana responsável por lidar com o acaso e as fricções e manter o equilíbrio entre a razão política e a emoção inflamada da população. Os embates com APOP das ORCRIM ocorreram principalmente em locais onde a ação do Estado se fez ausente durante muito tempo. Um exemplo foi nas comunidades do Complexo do Alemão e da Penha, quando por mais de 6 horas ocorreram trocas de tiros intensos entre as tropas e as ORCRIM. A capacidade dos criminosos em se sustentar durante tanto tempo demonstra uma relativa capacidade logística, em especial no suprimento de armamento e munição.

6. A RAZÃO

Para Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Isso traz a política para a posição central nas disputas decorrentes dos choques de interesses. Em sua Trindade Paradoxal, o autor prussiano atribui ao líder político a racionalidade da guerra. Cabe a política a tomada de decisão no mais alto nível do Estado, razão pela qual as Forças Armadas ficam sob sua subordinação.

A política não estenderá, evidentemente, a sua influência aos detalhes operacionais. As considerações de ordem política não determinam o posicionamento de guardas nem o emprego de patrulhas. Elas têm maior influência no planejamento da guerra, da campanha e, muitas vezes, até mesmo da batalha (CLAUSEWITZ, 1979).

Ainda sob enfoque literário da obra *Da Guerra*, a política estabelece o propósito da guerra, onde os objetivos políticos sempre se sobrepõem aos militares. Essa interpretação também corrobora para o protagonismo assumido pela política na própria Trindade Paradoxal.

A situação crítica que o Rio de Janeiro atingiu tem relação direta com as políticas adotadas pelas lideranças ao longo das últimas décadas. O acúmulo populacional carente em áreas sem a presença efetiva do Estado permitiu o vácuo de poder bem explorado pelas ORCRIM, que se fortaleceram no interior dessas comunidades, utilizando o tráfico de drogas como principal sustentação financeira para suas ações. A situação tornou-se crítica após séries de incidentes de violência ocorridos em 2017.

A organização dos Estados modernos é positivada e regulamentada através do ordenamento jurídico, repousando em suas leis e normas. No caso brasileiro, ocorre ainda a separação dos poderes constitucionais em Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si (BRASIL, 1988). Todas essas entidades representam a expressão política do Estado, tendo, entretanto, o poder Executivo relativo sobressalto devido ao sistema presidencialista adotado.

O Brasil passava por momento político delicado durante a Intervenção Federal. Ocorreu o impeachment da então Presidente da República Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016, assumindo a liderança do Poder Executivo Federal o Vice-Presidente da República Michel Temer. O avanço nas investigações de crimes de corrupção

provocou a prisão dos últimos Governadores do Rio de Janeiro, agravando ainda mais o cenário político fluminense.

Várias manifestações violentas, com ênfase em queima de ônibus em vias públicas e sucessivas mortes de policiais militares assolaram a capital carioca. O cenário caótico chegou até o ponto de se tornar insustentável.

A solução encontrada pelo nível político para a solução desses problemas de segurança pública foi o emprego das Forças Armadas (FA) em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Foi assinado o decreto presidencial em 28 de julho de 2017, autorizando o emprego da tropa federal até 31 de dezembro de 2018.

Cabe destacar que nesse período, foi criada uma importante lei que mudou a competência de processamento dos crimes dolosos contra a vida cometido por militares das Forças Armadas dos Tribunais Penais para a Justiça Militar, instaurado pela Lei 13491, de 13 de outubro de 201. Essa lei proporcionou uma maior segurança jurídica aos militares durante as operações de GLO.

Entretanto, esse modelo de emprego das FA se mostrou insuficiente para restabelecer a situação fluminense, sendo necessária atitude mais robusta e contundente. O Decreto Nr 5288, de 16 de fevereiro de 2018, autorizou, então, a Intervenção Federal na Segurança Pública, para por a termo o grave comprometimento da ordem pública.

Com essa medida, O General de Exército Walter Souza Braga Netto foi nomeado Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, evocando para si a competência e a responsabilidade dos órgãos estaduais inerentes à área de segurança pública, notoriamente as Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militares e a Secretaria de Administração Penitenciária.

Uma peculiaridade do modelo de Intervenção Federal adotada foi o acúmulo de função do então Comandante Militar do Leste, com a função do Interventor Federal na Área de Segurança Pública. Essa cumulação gerou uma confusão entre os componentes político e militar, pois ambas estavam concentradas na mesma pessoa. Cabe ressaltar que, apesar da função ser de natureza militar, por força expressa do Decreto, as atividades desenvolvidas pelo Interventor foram mais direcionadas para o nível político, deixando as ações operacionais e táticas para o Comando Conjunto.

A criação do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) proporcionou a elaboração do planejamento estratégico efetivo a longo prazo, estabelecendo a comunicação do propósito de forma clara e direta entre o GIF e os demais atores. O Plano Estratégico

proporcionou, também, o alinhamento dos esforços de todas as partes envolvidas do complexo cenário de várias agências distintas na mesma direção.

Foram estabelecidos 5 Objetivos Estratégicos que percorriam os diversos eixos de esforços, definindo as questões cruciais de maior relevância para solucionar o cenário em que se encontrava o Rio de Janeiro.

Tabela 5 – Objetivos Estratégicos do Gabinete de Intervenção Federal

OE	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO
OE/1	Diminuição dos índices de criminalidade.	Redução dos índices relacionados a letalidade violenta, roubo de veículo, roubo de rua e roubo de carga.
OE/2	Recuperar a capacidade operativa dos OSP do Estado do Rio de Janeiro	Aperfeiçoamento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura
OE/3	Articulação das instituições dos entes federativos.	Fomento do compartilhamento de responsabilidade na Segurança pública, por meio do estabelecimento de protocolos.
OE/4	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública como atividade técnico-operacional minimizando fatores políticos
OE/5	Melhoria na qualidade e da gestão do sistema prisional.	Modernização do sistema prisional por meio de tecnologias, reestruturação organizacional e infraestrutura.

(fonte: Planejamento Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal)

Cada Objetivo Estratégico foi desmembrado em metas, indicadores de desempenho e plano de ação, composto por ações emergenciais e ações estruturantes. Essa medida favorece o estabelecimento de parâmetros para verificar a efetividade das estratégias criadas, bem como permitir a constante avaliação do ciclo de planejamento e execução.

As ações emergenciais buscavam sanar os problemas críticos de curto prazo e as ações estruturais tinham objetivo de apresentar novas soluções permanentes.

Durante o período da Intervenção Federal ocorreram, ainda, as eleições presidenciais e de governadores de Estado. A garantia de votação e apuração acabou se sobrepondo as ações da Intervenção Federal, alocando parcela significativa de recursos humanos nessa outra atividade.

Os resultados alcançados pela Intervenção Federal mostraram queda de 43% no número de morte de policiais militares, queda de 30,1% nos crimes de latrocínio (roubo seguido de morte), queda de 17,1% nos crimes de roubo de cargas, queda de 8,1% nos crimes de homicídio doloso, queda de 6,6% no roubo de veículos e aumento

de 25% nas mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado, conforme o relatório final de missão do C Cj.

Foram vários os legados deixados pela Intervenção Federal. Dentro da racionalização dos recursos, foram entregues equipamentos e serviços de emprego direto como armamento, munição, viaturas, sistemas de comando e controle, coletes balísticos, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 443.000.000,00.

O propósito da guerra, estabelecido pelo componente político da Trindade Paradoxal de Clausewitz, busca determinar a direção a se seguir pelo comandante militar. No caso da Intervenção Federal, tornou-se claro tal propósito expresso diretamente no Decreto Nr 9288 e convertidos em parâmetros mensuráveis pelo Plano Estratégico do GIF.

7. CONCLUSÃO

A Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi um evento inédito na história recente do Brasil. A insuficiência das capacidades dos OSP fluminenses fez com que o Governo Federal intervisse na administração estadual, nomeando um Interventor Federal com competência limitada à área da segurança pública, por período determinado, com a finalidade de pôr termo a forte comprometimento da ordem pública.

Dentro das várias características da Intervenção Federal, é possível abordar o tema sob a perspectiva da Trindade Paradoxal Clausewitziana, importante teoria da guerra que busca entender os conflitos em seus aspectos psicológicos, morais e políticos, fatores que impediam a sua previsibilidade e padronização (FEREZIN, 2012).

Do estudo realizado, é possível concluir que a decisão tomada no governo federal em intervir na segurança pública no Rio de Janeiro foi legítima, tendo em vista o grave comprometimento da ordem pública no qual se encontrava o Estado. Tal assertiva pode ser confirmada pela conturbada situação que já vinha ocorrendo, desde o início do ano de 2017, com a decretação das ações de garantia da Lei e da Ordem e a consequente autorização de emprego das Forças Armadas.

Quanto ao aspecto do sentimento de violência, ódio e inimizade primordial, grande impulsionador da Guerra, representado principalmente pela ação do povo, pode se concluir que a população fluminense apresentou alto índices de insatisfação

em relação a situação vigente. Tal assertiva pode ser comprovada pela quantidade de ônibus queimados em todo o Estado, somando 149 entre 2017 e 2018.

Outro aspecto relevante, ainda na vertente Clausewitziana do povo, foi a sensação de segurança percebida pela população. As pesquisas indicam que a maioria da população não percebeu melhora nesse aspecto durante o período da Intervenção Federal, apesar dos esforços empreendidos pelo GIF.

A manifestação ativa em redes sociais foi bastante eclética e difusa. Entretanto é possível observar sobressalto na porção contrária as ações da Intervenção Federal, corroborando para a manutenção dos sentimentos de ódio do povo.

Dessa forma, conclui-se que o sentimento do povo continuou exaltado. Esse fato, dentro de uma realidade de conflito interno e limitado, como no caso do Rio de Janeiro, provoca um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo, aumentando os desafios dos diversos atores envolvidos nesse cenário.

Quanto a ação do comandante militar, responsável direto por lidar com o acaso, podemos concluir que as ações do Comando Conjunto, braço armado da Intervenção Federal, foram eficientes. O grande número de operações, com alto nível de frequência, tirou a liberdade de ação dos APOP responsáveis pela grave ameaça que assolou o Estado do Rio de Janeiro.

O apoio da população foi mantido durante o decurso das operações, favorecendo e legitimando as ações da tropa.

As Operações Furacão agiam de forma contundente e ostensiva, no contato direto com os APOP. Isso diminui poder de combate dos criminosos, comprometendo as ações do tráfico de drogas nas favelas e sua capacidade de influência local. Ainda nesse viés, as Operações Dínamo sufocavam a fonte de renda alternativa obtida pelas ORCRIM com o roubo de cargas nas principais vias expressas da região metropolitana, depreciando o seu poder econômico.

As fricções, inerentes as ações militares foram minimizadas com as medidas tomadas pelo Comando Conjunto. A clara estrutura organizacional, mesmo contendo integrantes de diversos órgãos, com distintas culturas, juntamente com o planejamento a longo prazo, minimizou os possíveis danos colaterais durante a execução das operações. Mesmo assim, os embates com os APOP resultaram no óbito de 5 militares do Exército Brasileiro.

Dessa maneira, é possível afirmar que o comandante militar atingiu os objetivos táticos traçados pelo Plano Estratégico do GIF, apesar da sensação de segurança não ter sido amplamente percebida pela população geral.

Quanto ao aspecto político, materializado pela razão, a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro traçou objetivos bem definidos em seu Planejamento Estratégico, o que proporcionou a convergência de esforços em direção bem definida. A interseção entre os componentes Político e Militar, na figura do Interventor Federal, direcionou os objetivos estratégicos sem comprometer a sua execução.

O arcabouço jurídico proporcionou a legalidade das ações. A Lei 13491/17 que mudou a competência do processamento de crimes dolosos contra a vida por agente públicos no exercício de suas atribuições para a Justiça Militar foi importante para respaldar as ações da tropa. Além disso, o Decreto Lei 9288/18 obedeceu ao devido processo legal e delegou poderes na área de Segurança Pública ao Interventor Federal.

As eleições presidenciais e para os governos estaduais ocorreram no decurso da Intervenção Federal e requereu a realocação de recursos humanos para a garantia dessa atividade. A mudança nas lideranças provocou alterações no poder político no cenário regional e nacional.

O legado deixado pela Intervenção Federal para os OSP do Rio de Janeiro, estimado em R\$ 443.000.000,00 em bens materiais proporcionou melhor aparelhamento das Instituições estaduais. Dessa maneira, a administração estadual teve melhores condições em cumprir sua destinação constitucional após o término da Intervenção Federal, estando em condições de estabelecer políticas públicas mais adequadas a sua realidade.

A Trindade Paradoxal Clausewitziana busca explicar o fenômeno da guerra apoiado em 3 pilares: o ódio, o acaso e a razão. Quanto mais coesos forem essas vertentes, melhor serão as condicionantes para a vitória de uma nação nos conflitos.

Ao final do estudo realizado no caso em tela da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, conclui-se que o sentimento de ódio diminuiu, porém permaneceu em níveis suficientes para ser expressado pelo povo, representando uma fragilidade na solução do conflito. O componente militar, responsável por lidar com o acaso, se houve bem nas ações. Os índices de criminalidade foram diminuídos e a execução das operações estava colimado com o

planejamento efetuado. Por fim, a razão, representada pelo componente político se viu enfraquecida, pois houve segregação no poder do Estado durante o período em tela, entre o Governador e o Interventor. Contudo foram estabelecidos legados organizacionais, administrativos e operativos que proporcionam melhores condições futuras para a administração pública no tocante a Segurança Pública.

O ineditismo do modelo de Intervenção adotado no Rio de Janeiro, ainda muito recente, requer mais estudos e reflexões sobre os ensinamentos colhidos e as oportunidades de melhorias a fim de que, caso seja necessário ocorrer uma nova Intervenção no futuro, que esta ocorra em melhores condições do que a vivenciada em 2018.

8. REFERÊNCIAS

_____ Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/03/26/c42da1e1670e94106e38b1e44a96d461.pdf>> Acesso em: 6 de junho de 2019.

_____ Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/intervencao-federal-no-rio-soma-19-milhao-de-tuites-em-4-meses/>> Acesso em: 6 de junho de 2019.

_____ Disponível em: <<http://www.intervencaofederalrj.gov.br/arquivos/comando-conjunto-apresenta-indicadores.jpg>> Acesso em: 6 de junho de 2019.

Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. **Transporte público por ônibus: Histórico de registros de ônibus totalmente incendiados (2004-2019)**. Disponível em: <<https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637064074290377858.pdf>> Acesso em: 13 de março de 2019.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL, Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Lei nº 13491, de 13 de outubro de 2017. **Altera o Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar**. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13491-13-outubro-2017-785566-publicacaooriginal-153949-pl.html>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior. **MD30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas 1º volume**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior. **MD35-G-01 Glossário da Forças Armadas**. 4ª Ed. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Conjunto. **Relatório Final de Missão**. Rio de Janeiro, RJ. 2019.

CARPEZ, Mariana Montez; COELHO, Carlos Frederico Souza; DIAS, Guilherme Moreira. **A intervenção Federal de 2018: antecedentes e arcabouço jurídico**. Rio de Janeiro: Observatório Militar da Praia Vermelha, 2018. Disponível em <http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=15>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **DA GUERRA**. Ed Martins Fontes. São Paulo, SP, 1979.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

FEREZIN, Carla. **Leitura de Clausewitz no Brasil: Uma interpretação da trindade da Guerra**. Disponível em < <http://www.nee.cms.eb.mil.br/attachments/article/86/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpretacao-da-trindade-da-guerra.pdf>> Acesso em: 27 maio de 2019.

FERREIRA, Oliveiros. **Clausewitz e a política**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300003> Acessado em: 11 de março de 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha. **Rio sob intervenção**. Disponível em < http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/04/FBSP_Rio_sob_Intervencao_2018_relatorio.pdf> Acesso em 27 de maio de 2018.

Gabinete de Intervenção Federal. **Plano Estratégico**. Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanheplanalto/noticias/2018/06/plano-estrategico-gif.pdf>> Acesso em: 11 de março de 2019.

Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=1>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

LEITE, Gisele. **Intervenção Federal: o tema do Momento**. Disponível em: <<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/intervencao-federal-o-tema-do-momento>> Acessado em: 26 de março de 2019.

NEW, Larry. **A Teoria da Guerra de Clausewitz e sua Aplicação Atual**. Disponível em < <http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apjipor.html>>. Acesso em 13 de março de 2019.

PIMENTEL, Carlos Alberto Rodrigues. **A disputa de poder das facções do crime, suas implicações na segurança pública no País e possíveis reflexos para o Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, ECEME, 2017.

PROENÇA JUNIOR, Domício. **Guia de estudos de estratégia**. Jorge Zahar Editor, 1999.

SOUZA, Fabio Negrão de; **O emprego do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro, ECEME, 2018.